

Os Guarani da aldeia Conquista (SC): representações e práticas sociais em relação ao poder local e ao processo político eleitoral brasileiro*

*Neusa Maria Sens Bloemer***
*Isackson Luiz Cavilha Mendes****

Resumo

O presente trabalho aborda as relações que se estabelecem entre os Guarani situados na aldeia Conquista, localizada no município de Balneário Barra do Sul, no litoral norte do estado de Santa Catarina, e os candidatos a cargos eletivos no processo político municipal. Pretendeu-se compreender como atuam os membros das duas culturas – indígenas e não indígenas –, no processo político eleitoral, objetivando identificar concepções e práticas tanto por parte dos eleitores indígenas quanto dos candidatos não indígenas às funções executivas e legislativas municipais. Estes Guarani são possuidores de título de eleitor e de outros “documentos de branco” como denominam, porque é através destes que têm acesso aos programas sociais destinados à população desprivilegiada do país. Concluiu-se, sinteticamente, que a importância do título de eleitor para os Guarani da Conquista está na sua função de passaporte para a obtenção dos direitos de cidadania e não como possibilidade de participação no processo político eleitoral.

Palavras-chave: Índios Guarani; Processo eleitoral; Poder local.

Introdução

Em Santa Catarina, a população indígena Guarani¹ encontra-se em sua maioria localizada no litoral do Estado, vivendo em Terras Indígenas (TIs) demarcadas especificamente para o seu grupo étnico², em terras demarcadas para outras etnias indígenas – como acontece na TI Laklãnõ (José Boiteux, Witmarsun), na TI Xaçepó e na TI Chimbangue –, em pequenos espaços cedidos por proprietários, ou, ainda, em áreas da União, como as margens de estradas e rodovias, principalmente junto à BR 101.

O contato intenso dos Guarani com a sociedade de inserção ainda não nos permite afirmar que conhecemos totalmente este povo. Não obstante as características de um grupo étnico indígena, na aparência vestem-se de forma semelhante aos não-índios e executam atividades produtivas similares às dos brancos; ainda assim, como lembra Schaden, faz-se “necessário destruir o mito de que a sociedade Guarani já é bastante conhecida e de insistir na urgência de se retornar o estudo dessa cultura com referência às suas variantes regionais” (1963, *apud* LITTAIF, 1996). Neste sentido, constata-se que apesar de muitos índios serem possuidores do título de eleitor, poucos são os estudos que tratam do envolvimento dos Guarani com o processo político eleitoral. No caso de Santa Catarina, pode-se afirmar que tais estudos são inexistentes.

Nesta perspectiva, o presente trabalho teve como propósito caracterizar e compreender as relações que se estabelecem entre um grupo indígena Guarani (SC) e os candidatos a cargos eletivos para o poder público através das eleições municipais de Balneário de Barra do Sul e Araquari, região na qual estão inseridos os Guarani da Conquista. Paralelamente, buscou-se identificar como transitam os Guarani junto aos órgãos municipais dos respectivos municípios, buscando compreender como opera a cultura Guarani nesta relação.

Sabe-se que recentemente o projeto de duplicação da BR 101 – trecho Sul, colocou em xeque a presença indígena às margens daquela rodovia, apresentando-se como uma ameaça aos Guarani³.

Nesta situação, enquanto os Guarani entendem que estão dentro do seu território tradicional⁴, a sociedade envolvente, pelas ações de seus representantes políticos, trata-os como empecilhos para o progresso⁵. Esse é um problema de conhecimento público, em que os políticos locais e regionais têm demonstrado pouca ou nenhuma sensibilidade para as questões indígenas específicas.

A metodologia da pesquisa de campo

Em junho de 2006 o vice-cacique⁶ da aldeia Conquista proferiu uma palestra na Universidade do Vale do Itajaí (Univali) sobre a cultura Guarani, da qual participamos como ouvintes. Ao revelar para o palestrante nosso interesse em aprofundar os conhecimentos sobre a cultura Guarani, fomos, imediatamente, convidados a realizar uma visita a sua aldeia, o que nos estimulou a conhecer esta comunidade indígena.

Ao iniciarmos o trabalho de pesquisa de campo⁷ propriamente dito, apresentamo-nos à cacica da Aldeia Conquista, D. Arminda Ribeiro, utilizando como metodologia de abordagem a conversa informal, muito diferente de uma das entrevistas preliminares realizadas, na qual recorreremos ao uso do gravador. Na tentativa de estabelecer uma relação simétrica com a entrevistada, recorreremos à informalidade, que se mostrou produtiva, dada a descontração e a confiança depositada no entrevistador. Verificou-se que a informalidade abriu as portas para a execução do trabalho de campo.

Inicialmente observaram-se algumas dificuldades a serem superadas, a começar pelo desconhecimento, por parte do entrevistador, do entrevistado. Em segundo lugar, percebemos que o assunto política eleitoral⁸ é tratado como algo de menor interesse para o cotidiano destes indígenas, e por último, mas não menos importante, o questionamento que não queria calar: qual a contribuição da presente pesquisa para a comunidade indígena. Aos poucos, essas dificuldades foram vencidas graças ao uso de técnicas recomendadas pela ciência antropológica e ao atendimento de solicitações do vice-cacique, providenciadas pelo pesquisador.

Na tentativa de acelerar o processo de “familiaridade”⁹, para então permitir a circulação pela aldeia, trouxemos o vice-cacique Milton, no dia 31 de outubro de 2006, ao município de Itajaí.¹⁰ Nesta oportunidade, providenciou-se, além do transporte do referido vice-cacique para uma visita ao “Centro Educacional Cacildo Romagnani”, a organização de coleta de alimentos e a venda de artesanato a professores e alunos do mencionado colégio. Semelhante ao que ocorrera anteriormente, havia, por parte do vice-cacique, interesse em tal ação, na medida em que a comercialização do artesanato e a arrecadação de mantimentos poderiam minimizar algumas das dificuldades enfrentadas pela população daquela aldeia. A partir deste evento foi visível a receptividade por parte dos Guarani em relação à nossa presença na aldeia, facilitando a realização da pesquisa de campo propriamente dita.

Considerando que não se trata de uma população numerosa, – apenas 38 pessoas¹¹ – e nem todos os índios Guarani residentes na aldeia de Conquista possuem título de eleitor, realizaram-se entrevistas com todos os eleitores da aldeia no momento em que foram efetivadas as etapas de campo. Neste caso, convém lembrar que a prática de deslocamento dos Guarani, como veremos a seguir, nos levou a ponderar que o número de eleitores variou nos diferentes períodos da pesquisa de campo.

Na perspectiva de conhecer as representações (MINAYO, 1998) dos atores sociais, foco da presente investigação, realizaram-se entrevistas com os indígenas, as autoridades municipais já constituídas – presidente da Câmara de Vereadores, secretários municipais, vereadores e agentes da Funasa dos municípios de Balneário Barra do Sul e Araquari – objetivando identificar as concepções e práticas destes no processo político eleitoral.

A pesquisa de campo possibilitou ampliar o cenário das ações do pesquisador, considerando que os Guarani transitam por diversos municípios, residindo em Balneário Barra do Sul e recorrendo aos órgãos públicos de Araquari, onde há o atendimento à saúde prestado pelo posto da Funasa, como veremos a seguir.

Para averiguar o número de eleitores da aldeia, recorreu-se a dados quantitativos dos arquivos do Tribunal Regional Eleitoral de Florianópolis, tentando identificar de que pleitos eleitorais os Guarani haviam participado nos últimos anos. Entretanto, constatou-se que não há registros sobre a identificação étnica dos eleitores. Esta lacuna foi suprida junto aos próprios Guarani da Conquista.

Um pouco da trajetória histórica dos Guarani: passado e presente

As frentes de expansão desde a colonização luso-espanhola que se projetaram sobre as populações Guarani a partir do século XVI vêm interferindo, substancialmente, no seu modo de vida, e na estruturação das relações sociais e familiares (SCHADEN, 1963; BARTOLOMÉ, 1977). Mas, ao longo desse processo, embora este grupo tenha sofrido com a agressividade dos “brancos”, que tanto os dizimou como os desrespeitou, impondo valores distintos dos seus, observa-se que a flexibilidade dos Guarani possibilitou, com seu modo próprio de ser, através da dinâmica cultural sobreviver a estas injunções¹², elaborando e cunhando relações muito particularizadas com a sociedade envolvente.

Os povos Guarani ocupam tradicionalmente um extenso território sulino que compreende o Uruguai, Paraguai, Argentina e Brasil, distribuído pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Mato Grosso, podendo este espaço ser ampliado na medida em que se trata de um “território em expansão” ou “em movimento”, isto é, está em constante elaboração, em permanente configuração, como indicou Basini (*apud* DARELLA, 2004, p.61)¹³. Tal imperativo de ampliação está relacionado ao modo de vida Guarani, para o qual o intercâmbio entre as aldeias e a expansão territorial são necessários, tanto para manter as redes de parentesco, desenvolver a reciprocidade entre as várias aldeias, praticar os rituais que dão significado à identidade Guarani quanto para viabilizar a renovação de espaços

socioambientais, cuja configuração lhes assegure a sobrevivência física e cultural. Há que se insistir, como lembram Assis e Garlet, que seus “problemas relacionados à economia, saúde, organização social e demografia estão imbricados e subsumidos na questão fundiária” (2004, p. 45), enfatizando que a terra traz no seu bojo não só o sustento físico, mas o modo de ser Guarani.

A literatura específica sobre este povo tem revelado que o território Guarani na sua concepção continua sendo o mesmo identificado pelos europeus quando aqui chegaram, ou seja, os limites políticos definidos pelos Estados do Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina, são propositalmente desconhecidos pelos Guarani, que continuam se locomovendo no espaço territorial que consideram constitutivo da nação Guarani. Entretanto, há que se fazer uma distinção entre o que seria migração e mobilidade entre as aldeias, como assinala Ladeira (2007, p.26), que assim definiu a mobilidade:

Movimentos de intercâmbio entre as aldeias, aqueles que reforçam relações sociais e de reciprocidade, arranjos de casamentos, visitas, troca de sementes, de informações e de conhecimentos adquiridos nas relações com a sociedade envolvente.

As migrações, sinteticamente, para esta mesma autora, constituiriam “a marcha para leste” por famílias extensas que, por motivos religiosos, estariam em busca da “Terra sem Mal” (2007, p. 48). Nestes termos, o povo Guarani pode ser identificado como um povo em movimento, que objetiva, por meio da circulação – motivada por elementos cosmológicos ou de subsistência material –, dimensionar, reconhecer, ampliar e incorporar novos espaços no seu território tradicional, estabelecendo e restabelecendo sua imbricada rede de relações sociais.

Este movimento, por sua vez, pode ser compreendido como uma insubordinação aos limites territoriais demarcados pelos “brancos”, cuja resistência cultural incorpora, na perspectiva de Bourdieu (1989), um significado significativo, ou seja, o espaço territorial

Guarani é concebido, cosmologicamente, por seus mitos de origem, e, concretamente, por suas perambulações e migrações. Nessa perspectiva, fazem sentido os significados compartilhados socialmente (GEERTZ, 1978), na significação dos contextos e das práticas de ocupação de áreas – tanto por famílias Guarani recém-chegadas quanto aquelas que residem há muito em uma dada localidade –, que se refletem na sustentação da própria cultura.

Assim, a prática dos deslocamentos impede de fixar o povo Guarani em espaços delimitados e identificados pela estrutura geopolítica brasileira (fronteiras municipais, estaduais e transnacionais), considerando, ainda, que se auto-identificam como pertencentes à nação Guarani e esta ocupa um território que tem o sentido conferido por Santos (2000, p.61): “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico”. Ou ainda, “o território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente ‘em casa’. O território é sinônimo de apropriação de subjetivação fechada sobre si mesma”. (GUATTARI; ROLNIK, 1987 *apud* HAESBAERT 2002, p.78). É nesse sentido que os Guarani se vêem autorizados e legitimados a se deslocarem por um território geopolítico que se estende do Paraguai ao estado do Espírito Santo, no Brasil, ou até mesmo para além deste espaço, lembrando que toda sociedade é dinâmica (BERGER, 1973).

Quanto à organização social, de forma muito simplificada pode-se afirmar que os Guarani mantêm, na estruturação de suas aldeias, líderes políticos e religiosos, eleitos e aprovados por um conselho comunitário compondo a conformação social interna da aldeia. São estes líderes que contatam os poderes públicos locais ou regionais onde estão suas aldeias para reivindicarem direitos e suprir necessidades, recorrendo, assim, de forma direta ao sistema político dos não-índios com os quais, por vezes, mantêm relações de dependência.

Os Guarani vivem em pequenas aldeias com subsistência advinda da coleta, mas, principalmente, da agricultura, além da caça

e da pesca que, na atualidade, tornaram-se apenas complementares. A terra que os alimenta é identificada como *tekoa* Guarani¹⁴; permite através da agricultura, associar a temporalidade, a tradicionalidade e a territorialidade, como identificou Darella (2004, p. 96). Ou seja, sinteticamente, como afirma a autora, os aspectos relativos à temporalidade dizem respeito ao calendário anual e lunar; a tradicionalidade auxilia na transmissão de conhecimentos agroecoflorestais, e ainda a territorialidade abrange aspectos relativos aos locais de ocupação, bem como a organização espacial e social do território. Portanto, na intrincada rede de relações Guarani, a agricultura que se realiza no *tekoa*, além da produção de alimentos, também renova e recompõe o sistema Guarani mantendo-o atual, ou com alguma “razão prática”, como diria Sahlins (2003).

Quando estabelecidos em terras que apresentam precariedade do ponto vista produtivo, semelhante ao que ocorre com os Kaingang do oeste catarinense (NACKE; BLOEMER, 2007), os Guarani ainda buscam o sustento nas suas roças, reforçando-o, todavia, com a criação de galinhas e a venda de mão de obra temporária. Além disso, servem-se de cestas básicas – podendo estas apresentar distribuição irregular –, eventuais aposentadorias pelo INSS, salários provenientes de atividades de professor bilíngüe e de agentes indígenas de saúde e de saneamento, contando, ainda, com os auxílios de ONGs, Igreja Evangélica e Ações Missionárias, bem como instituições que exercem atividades sociais e comunitárias.

A reciprocidade, com o mesmo entendimento que Ihe deu Mauss (1974), é outra característica da cultura Guarani. Nesta, a idéia da troca está incorporada às relações que se estabelecem entre as várias instâncias da vida social, sejam elas econômicas, religiosas ou políticas, explicitadas nas práticas cotidianas desse povo. Esta característica agradou no passado ao colonizador que o identificava como um povo dócil e amigo dos cristãos, fácil de ser introduzido na fé cristã¹⁵, ou seja, aparentemente de fácil dominação, mas não deixou de apresentar resistências ao longo desse processo.

Tratados de forma desrespeitosa e etnocêntrica pelos europeus e seus descendentes, os Guarani reagiram e resistiram mantendo sinais diacríticos da sua identidade (CARNEIRO DA CUNHA, 1986), entre os quais identifica-se a língua como um dos componentes do seu sistema simbólico-cultural, os movimentos de intercâmbio entre aldeias, os deslocamentos em busca da ampliação e renovação de seus espaços territoriais, as migrações que reforçam a compleição da “terra sem mal”¹⁶, entre outros.

Os Guarani continuam falando o idioma guarani, apresentando, boa parte da população, muita dificuldade em compreender perfeitamente a língua portuguesa. Esta dificuldade se deve ao fato de o português não ser a primeira língua na qual são socializados e, ainda, à complexidade do seu sistema cultural, rico em metáforas e significados que só fazem sentido no sistema simbólico e cultural guarani.

Vivendo dispersos em espaços que adquirem visibilidade quando se encontram próximos aos centros urbanos, os Guarani, por vezes, são identificados pela Funai como índios desaldeados¹⁷. Este desaldeamento dos Guarani lhes garante relativa autonomia e independência em relação à possibilidade de controle por parte do órgão responsável – a Funai¹⁸. Contudo, este procedimento lhes traz, também, grandes dificuldades de sobrevivência, porque a Funai se exime da responsabilidade de prover dos direitos indígenas, aqueles que vivem fora das aldeias.

O contexto da aldeia Conquista

A aldeia Conquista está localizada no município de Balneário Barra do Sul¹⁹, em área aproximada de 1.000 hectares. Um grupo de famílias Guarani, liderado pela cacica Arminda Ribeiro, estabeleceu-se no local em 2002²⁰:

[...] primeiro eu chegava aqui, eu e a parentela, meu marido, meu filho Fernando e a Regina e o Joel, só minha família tudo junto né?! Daí que outra família chegou, segunda família é o Milton, né? [...] agora já 2007, então tá pra fazer 5 anos.

Os Guarani desta aldeia têm sua terra identificada e delimitada²¹. A população é formada por 38 pessoas – 19 mulheres e 19 homens – de cujo total, 23 são crianças e 15 são adultos.

Atualmente, os índios residentes na aldeia Conquista são reconhecidos pelos demais Guarani que habitam outras aldeias, reconhecimento este expresso por meio de visitas constantes de seus parentes e de apoios de líderes. No aguardo do reconhecimento de suas terras, restou a estes Guarani fortalecerem-se e organizarem-se enquanto grupo étnico para reivindicarem seus direitos constitucionais sobre as terras. Convictos desses direitos, recentemente, em 6 de julho de 2007, os Guarani de Santa Catarina criaram a “Comissão Indígena Guarani Nhemongueta”, por meio da qual as lideranças Guarani buscam fortalecer as comunidades e apoiar a conquista dos direitos determinados pelos artigos 231 e 232 da Constituição, bem como pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Além disso, em seu processo organizatório, a “Comissão Nacional de Terra Guarani Yvy Rupa” se fez representar junto ao Ministério Público Federal, por meio de um documento denominado “Carta Política” no qual expressa a necessidade de respeito ao modo de articulação e representação Guarani, objetivando autonomia política, a fim de fortalecer as comunidades Guarani em defesa de suas terras e de seu território tradicional.

O histórico e prolongado contato com o mundo dos brancos tem exigido dos Guarani o estabelecimento de relações fora da aldeia, por vezes pouco desejadas, mas necessárias, como a frequência às escolas dos não-índios por suas crianças, que lhes obriga a contracenar com autoridades despreparadas, como revela o depoimento de uma diretora de Ensino de Balneário Barra do Sul. Sobre a visita à Aldeia para tratar das matrículas das crianças na rede municipal de ensino, a diretora fez o seguinte relato:

[...] meu deus, eu cheguei lá e fiquei quieta no meu lugar. [...] tinha um homem que falava em Guarani e parecia que não queria concordar com a conversa. [...] eu achei uma falta de educação ficar falando Guarani na minha frente.

Não se pode deixar de lembrar, em primeiro lugar, que a língua, além de transmitir valores simbólicos de uma dada cultura, é um elemento importante para a afirmação e a valorização da auto-identificação de um grupo diante do “outro”, da cultura diversa. Além disso, a língua é também um recurso político que expressa a sua resistência diante do não-índio, sua discordância em relação à dominação à qual sistematicamente vêm sendo submetidos. Na situação específica, é bom mencionar que o “código de etiqueta” da cultura Guarani certamente não corresponde ao “código dos brancos”, pois se trata de uma cultura diversa, para a qual gestos, falas, expressões também apresentam significados em seu próprio contexto.

Ao tratar de assunto relativo à saúde e bem-estar dos Guarani, não passa despercebido aos mesmos o olhar de reprimenda das autoridades públicas, as quais confirmam o estorvo que a presença indígena causa aos gestores municipais gerando constrangimento pela miséria em que se encontram, aliado ao descontentamento em relação ao “custo” financeiro que representam, como lembra a Secretária da Saúde de Balneário Barra do Sul: “Eles vêm pra cá e aí não tem higiene nenhuma e nós temos que gastar um monte de dinheiro com veneno pra bicho-de-pé e piolho, [...]”.

Sabedores que são de sua presença indesejável, muitas vezes, quando chegam a alguma localidade, apresentam-se às autoridades locais, como relatou um Guarani: “quando eu chego num lugar, eu procuro o prefeito e o delegado”²².

Experientes em relação aos preconceitos e às discriminações dos quais são vítimas históricas por parte dos não-índios, eles procuram a autoridade municipal para obter a concessão de uso de um espaço territorial no município para se estabelecer e, paralelamente, dão-se a conhecer ao delegado para evitar possíveis problemas com a polícia local. Esta foi uma das providências tomadas pela cacica Arminda Ribeiro quando se estabeleceu com sua parentela na localidade de Conquista, no município de Balneário Barra do Sul. Identificou-se junto ao poder público municipal e comunicou sua presença naquela área.

A Fundação Nacional do Índio, por sua vez, ao tomar conhecimento do novo aldeamento, providenciou algumas cestas básicas, mas foram efetivamente as pessoas da localidade que os proveram com alimentos e roupas, como afirmaram em seus depoimentos: “[...] é ajuda um pouquinho de cesta básica, é só uma do padre, né?! Vem lá de Joinville, ele que traz a cesta básica cada mês assim, e o resto já, a gente dá um jeito [...]”.

O poder público municipal de Araquari, através do Presidente da Câmara de Vereadores, manifestou preocupação quanto à presença dos Guarani na região. Afirmou que um terço das terras do município de Araquari vem sendo reivindicada pelos Guarani como Terra Indígena:

[...]30% de Araquari está pra ser tomado pela questão indígena, e nós somos totalmente contra, vai acabar com o município, vai detonar o município, pra nós vai ser assim muito ruim. Tu vê que tem essas empresas hoje, que já estão indo embora de Araquari, com medo da questão indígena, pra nós está sendo ruim, mas enfim [...]

Esta discussão permeou uma Audiência Pública realizada em 2007,²³ na qual ficou evidente que a presença dos Guarani nestes municípios gera mal-estar aos gestores públicos municipais, de tal sorte que desconsideram os direitos indígenas sobre suas terras de uso tradicional, preconizados pelo Artigo 231 da Constituição. Para além do descumprimento da legislação e do desconhecimento sobre a trajetória histórica do povo Guarani, acrescenta-se a presença de um descrédito em relação à identidade Guarani, ao atribuírem a estes uma origem dúbia, objetivando desqualificá-los em seus direitos constitucionais, conforme demonstram os depoimentos a seguir.

Eu moro aqui há 58 anos e nunca vi um índio por aqui. Agora que começou aparecer índio por tudo que é lugar (Secretário da Saúde de Barra do Sul).

E, não, não, não, isso faz o quê? Vou chutar aqui, uns quinze pra vinte anos, quem trouxe o primeiro índio pra Araquari, por isso que a gente tá revoltado, foi padre Luiz Facchini [...] (Vereador de Araquari).

É questão de saber de onde esses índios são. A gente sabe que não é tão simples assim, mas nós queremos provar que esses índios são paraguaios, se eles forem do Paraguai, eles não têm direito aqui, entendesse? E são! E são paraguaios! A gente quer tentar provar, está difícil, é que estamos tratando com gente grande aí né? Funai é forte²⁴ (Vereador de Araquari).

Em consenso com os gestores, afirma o vereador entrevistado:

[...] viver como índio hoje, isto é lá pro Xingu e olhe lá, porque aí vem propina [...], os caras andam que nem magnata [...] Aqui eles vivem só de esmolas, não produzem e, vai viver de artesanato?! O mercado tá saturado disso [...].(Secretário de Saúde de Balneário Barra do Sul).

Em decorrência destas posturas do poder público local e, em parte, presentes no imaginário popular, o problema maior identificado pelos Guarani localizados na aldeia Conquista e que lhes causa muito desconforto e insegurança diz respeito à terra²⁵. Enquanto esta não está demarcada, ficam inseguros sobre o tempo de sua permanência na localidade. Há, ainda, uma preocupação justificada pela presença de estranhos que invadem o espaço da aldeia para pescar, caçar ou até mesmo para alimentar o gado, causando a destruição da já exígua mata nativa, fundamental para a confecção do artesanato entre outras atividades.

Mas, o problema maior identificado pelos Guarani localizados na aldeia Conquista diz respeito, à demarcação das terras, como expressou a cacica:

Eu vim de primeiro com a minha família, eu, meu marido, meu filho Fernando e a Regina, e o Joel, minha família tudo junto né. Daí outra família chegou, outra, e assim, tudo parentela [...]. A terra se dizia que era do governo, daí eu achei bom. Mas, agora tá ruim prá demarcar, não sei o que acontece...(D. Arminda, 2007).

Contrário ao reconhecimento das terras dos Guarani, há um discurso na sociedade local no qual se enfatiza a necessidade de manter as terras dos municípios livres de qualquer empecilho para

que se promova o progresso regional, discurso esse, por vezes, ancorado em uma visão de sustentabilidade homogeneizada. Assim, a retirada dos indígenas foi justificada em suas falas, ora pelo argumento de que as terras são impróprias para a agricultura e, portanto, os índios não poderiam se sustentar, ora sob a suspeita de que há alguém interessado naquelas terras, e estaria manipulando os indígenas, por tratar-se de terras litorâneas, consideradas de maior valor econômico:

[...] eles não querem terra lá pra cima né? Não querem terra onde não tem valor, querem terra onde tem valor, próximo de aeroporto, de porto, próximo de BR, aí é terra produtiva, lá pra cima não tem, onde se oferece eles não querem. Na verdade os índios nem sabem o que está acontecendo, a gente acha né? Eu tenho pena disso, que os índios não sabem, estão sofrendo por uma coisa que nem sabem que está acontecendo...[...]" [...]mas tem gente, não sei quem tá por trás disto, tem gente muito forte aí, não pode ser só índio, índio não é tão inteligente assim (Vereador de Araquari).

Trata-se, efetivamente, de uma luta política inserida num processo administrativo que, semelhante a outras terras indígenas, por certo, levará muitos e penosos anos para ver seu processo concluído.

A terra na qual estão estabelecidos os Guarani da Conquista em parte apresenta-se imprópria para o plantio porque o terreno é muito arenoso; mesmo assim, ali realizam suas pequenas roças. Residem em barracos e utilizam água considerada inadequada para o consumo. Preventivamente, os Guarani reivindicaram junto à Funasa a construção de fossas sanitárias para impedir a contaminação de suas crianças que brincam no espaço restrito de suas casas e arredores. Parte do seu sustento advém da venda do artesanato em centros urbanos e da doação de cestas básicas realizadas por instituições, ou por pessoas sensibilizadas com suas precárias condições.

Quanto ao atendimento à saúde, os Guarani residentes em Conquista utilizam os serviços prestados pela Funasa²⁶ (Pólo Base de Araquari), que disponibiliza médicos, dentista, enfermeiras e agentes de saúde para atender a população indígena deste e dos

demais municípios contíguos. É através da Funasa que são encaminhados aos Postos de Saúde e hospitais da região, em caso de necessidade. Além disso, a Funasa “sem acordo, sem consulta prévia, passou a mandar dinheiro para o município para nós fazermos a contratação de um agente indígena”, como indicou a Secretária de Saúde deste município.

Assim, a Funasa, desde 2005, disponibiliza recursos mensais para o pagamento deste agente de saúde indígena, que acabou gerando, na perspectiva da mesma secretária, um problema para o município. Na sua ótica, essa contratação está inviabilizada porque “as aldeias estão longe umas das outras. Como é que a gente vai levar um agente indígena de um lado para o outro? Totalmente inviável”, afirma a secretária. O que se conferiu é que há apenas um agente de saúde para atender a todas as aldeias do município, não sendo, este agente de saúde, um indígena, como relatou a própria Secretária de Saúde do município.

Além dessa dificuldade, o mesmo gestor público da área da saúde considerou que “já há no município agentes comunitários de saúde que são capacitados e que são até um referencial”, o que, a seu ver, dispensa o atendimento por um agente indígena de saúde. Entretanto, sabe-se que os indígenas reivindicam profissionais que respeitem e compreendam a especificidade da cultura indígena. A despeito desse atendimento, Nacke e Bloemer (2007, p. 138) averiguaram a reivindicação dos indígenas (no caso Kaingang) e assinalaram:

Reafirma-se, assim, a importância da capacitação antropológica desses profissionais (da saúde) que permita a compreensão dos sistemas sociais, valores, representações e saberes dos povos indígenas. Através desta capacitação, poderão ser superados o etnocentrismo e o desrespeito (decorrente do desconhecimento da cultura), eventualmente presentes na relação entre o profissional da saúde e o paciente.

A decisão administrativa de não contratar um agente de saúde indígena com os recursos disponibilizados pela Funasa trouxe alguns desdobramentos, colocando o poder público diante de um

impasse. Por um lado, há a cobrança por parte da Promotoria Pública sobre a prestação de contas desses recursos, que se encontram depositados em uma conta corrente²⁷ e, por outro, surgiu por parte dos índios, quando consultados sobre como deveriam gastar tais recursos, o desejo de adquirir um carro para o seu uso. Contudo, é preciso lembrar que todo recurso oriundo da Funasa só poderá ser gasto em programas voltados para a saúde e, neste caso, da população indígena.

Em termos da saúde dos Guarani da Conquista, há incidência de desnutrição infantil, doenças de pele, parasitose, escabiose, algumas doenças respiratórias, parte delas considerada, pela enfermeira entrevistada, como originária da falta de higiene dos índios. Entretanto, lembrou a Secretária de Saúde do município de Araquari, que estes Guarani estão estabelecidos em uma área, distante, aproximadamente, sete quilômetros do centro do município, e que era

[...] o antigo lixão, e está sendo ainda recuperada, estão fazendo tratamento com drenagem que vai para um poço e depois é bombeada para uma piscina, ficou uma piscina mesmo [...] e ali os índios iam tomar banho. E faz eles entender que aquilo lá é tratamento de

A desinformação e a falta de compreensão dos Guarani sobre a origem dessas águas colocam problemas para práticas higiênicas próprias da sua cultura, como os banhos de rios, apreciados e saudáveis quando residem em áreas de boa qualidade do ponto de vista ambiental. Os banhos de rio representam para os Guarani, como para a maior parte dos povos indígenas que vivem no Brasil, um momento de lazer no qual as crianças brincam, enquanto as mulheres recolhem água para suas casas. Neste sentido, é compreensível que os Guarani vejam a “piscina” de tratamento como um espaço de lazer e um local para realizar a higiene corporal, apresentando, o que pode ser identificado como resistência cultural.

Esta resistência cultural foi apontada negativamente, pela Secretária de Saúde, como sendo responsável, a seu ver, por alguns problemas relacionados à saúde:

[...] é muito difícil porque eles têm a questão da alimentação deles. Eu acho a alimentação deles extremamente precária, não que eles não tenham, é a cultura mesmo deles, que eles acabam comendo muita farinha, muita coisa desse tipo que não tem nutriente [...] (Secretária de Saúde de Araquari)

Cabe ressaltar que, em territórios equilibrados do ponto de vista dos recursos ambientais, os Guarani retiram a alimentação de suas roças, em parte complementada com a caça, a pesca, a coleta de frutos do mato, práticas estas dificultadas nos atuais locais em que estão estabelecidos²⁸, o que os deixa subalimentados.

Quanto ao contato inter-aldeias, no caso de Conquista, este também se realiza, estrategicamente, no posto da Funasa em Araquari, para onde acorrem em busca de atendimento à saúde. Paralelamente, naquele espaço dão continuidade ao seu intrincado sistema de comunicação, transformando os municípios da região em espaços contíguos, junto aos quais apresentam suas demandas aos órgãos específicos das respectivas prefeituras, independentemente da localização de suas aldeias nos diferentes municípios.

Ao reivindicarem atendimentos à saúde, educação, saneamento básico adquirem maior desenvoltura nas relações que estabelecem com os gestores públicos destes órgãos. Neste processo, as experiências adquiridas, bem como suas estratégias para lidar com o poder público, são transmitidas a todas as aldeias da região. Além desses conhecimentos, enviam, também, recados para parentes, fortalecendo as redes de informações e de relações sociais. Pode-se conferir uma intensa comunicação entre as seguintes aldeias da região: Jabuticabeira, Piraí/Tiaraju, Pindoty, Tarumã, localizadas no município de Araquari; Conquista/Jataí, em Balneário Barra do Sul; Araçá e Morro Alto, em São Francisco do Sul, bem como a aldeia de Yakã Porã, no município de Garuva, localizada a 1 km da BR 101.

Em síntese, a desconsideração pelos espaços geopolíticos que demarcam limites municipais permite aos Guarani apropriar-se desta fragmentação político-espacial para reivindicar direitos junto aos diferentes gestores dos respectivos municípios, ampliando, assim,

os espaços públicos junto aos quais fazem valer seus direitos e, paralelamente, mantêm e fortalecem suas redes de relações sociais cheias de significados no modo de ser Guarani.

Os Guarani da Conquista e suas representações sobre o processo político brasileiro

Embora não haja nesta região nenhum candidato indígena²⁹, os Guarani da Conquista possuem títulos de eleitor, documento fundamental para participar do processo político eleitoral. Verificou-se, também, que o contato entre candidatos e estes índios apresentou, no momento da realização da pesquisa, total inexistência de debate sobre o processo eleitoral, no “tempo da política”³⁰. Há, de um lado, a completa desconfiança por parte dos indígenas nas promessas dos políticos, o que torna, conseqüentemente, a aproximação nula. Por outro, não escapa ao olhar dos Guarani as práticas cotidianas e as experiências por eles vividas quando das aproximações com alguns gestores municipais, nas quais, por vezes, fica expressa a falta de sensibilidade no trato das questões indígenas.

Os eleitores Guarani entrevistados revelaram pouco interesse pelas questões políticas dos não-índios, havendo entre eles aqueles que extraviaram os seus títulos de eleitor e outros que tiveram seus títulos retidos por uma candidata a vereadora do município de Araquari na eleição anterior. Esta atitude da candidata desencorajou outros candidatos, na última eleição, a se fazerem presentes na área indígena. Temeroso de que pudesse ser cobrado sobre a atitude inescrupulosa da candidata, afirmou um vereador eleito:

Eu nem visitei a comunidade indígena porque aconteceu aquele fato [...] esta candidata de certa forma maliciou os índios, e até ficou com os títulos deles e isso me deixou um pouco com medo, eu acabei não indo lá, eu fiquei assim constrangido [...] eu fiquei com medo e depois tem o pessoal da Funai, tem um monte de lei, acabam complicando a gente, por isso não visitei (Candidato a vereador pelo município de Araquari).

Muito embora o candidato local tenha conhecimento de que os índios estão habilitados para votar, no caso da Conquista, que se encontra em terras do município de Balneário Barra do Sul, há, por parte dos candidatos, um distanciamento dos eleitores Guarani, diferentemente do que constatou Fernandes (2006) entre os Kaingang do município de Manoel Ribas no Paraná, onde, segundo o autor, os votos dos eleitores indígenas são cobiçados e disputados pelos candidatos.

O afastamento dos candidatos em campanha na Aldeia de Conquista se deveu, em parte, à má conduta mencionada de uma candidata, aliado ao conhecimento público de que teoricamente os povos indígenas estão sob a proteção da Funai, órgão federal, do qual temem represálias, caso lhes escape o cumprimento da lei. Além disso, é preciso lembrar que nenhum candidato se mobiliza em campanha para um eleitorado que se desloca de um lado para o outro, porque esta mobilidade pode descomprometê-lo da lealdade e da reciprocidade³¹, elementos constitutivos da política eleitoral brasileira, o que deixa, *a priori*, os Guarani³² fora do interesse dos candidatos locais.

Deste modo, o eleitorado Guarani não é um atrativo, porque não há garantias sobre o retorno do voto. Acrescente-se, ainda, que são poucos na localidade de Conquista, minimizando, portanto, o retorno do investimento da campanha. É preciso destacar, ainda, que esse mesmo eleitorado, por pertencer a um povo indígena, sabe dos seus direitos constitucionais, o que lhes dá relativa autonomia em relação às práticas clientelistas tão comuns nas relações entre candidatos e eleitores no Brasil. Os Guarani podem não perceber nos candidatos seus aliados, mas têm clareza de que o poder público deve cumprir o seu papel respeitando os seus direitos de grupo étnico diferenciado e de cidadãos.

Vale lembrar que todo investimento de um político em seus eleitores visa, em primeira mão, o voto desse mesmo eleitor, expectativa esta de qualquer campanha desencadeada por candidatos. Em outros termos, “as campanhas dialogam com o eleitor com o objetivo de persuadi-lo a votar em determinado candidato e a rejeitar seus adversários” (FIGUEIREDO *et al.* 2000, p. 147).

Dos Guarani residentes em Conquista, oito possuem título de eleitor mas, nas últimas eleições, apenas três deles votaram. Sendo algumas famílias oriundas da aldeia Mbiguaçu, localizada no município de Biguaçu, alguns deles, que tinham seus títulos emitidos para votarem naquela localidade, fizeram sua transferência para o município de Araquari, sem, contudo, comparecerem à votação nas últimas eleições. Entre os eleitores indígenas desta aldeia há também aqueles que têm seus títulos emitidos para votar nos municípios de Palhoça e Navegantes/SC, e Cacique Doble/RS.

Há que se questionar, então, por que os índios de Conquista possuem título de eleitor se não demonstram interesse pelo processo político eleitoral?

Dentre as diversas respostas emitidas, os Guarani mencionaram a necessidade de possuírem documentos iguais aos dos “brancos” porque é por meio desses documentos que passam a ter acesso aos benefícios destinados à população pobre do município. Apresentando os documentos específicos podem receber “auxílio natalidade”, “bolsa família”, “bolsa escola”, “aposentadoria”, “seguro-desemprego”, “vale gás”, etc. Portanto, o título de eleitor representa para os Guarani da Conquista um passaporte para os direitos de cidadania, na medida em que, através deste e de outros “documentos de branco”, como denominam, podem obter os benefícios dos programas sociais destinados às populações desprivilegiadas do país. Muitos são possuidores, além do título de eleitor, de Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF), e alguns deles possuem Carteira de Trabalho.

Os Guarani de Conquista vêm com desconfiança a troca de favores, que tem por finalidade a solução de problemas de forma imediata. Eles têm consciência dos direitos oriundos da sua condição étnica e, por isso, recorrem ao poder público em momentos de precariedade, reivindicando-os de forma insistente, como revelou a Secretária de Saúde:

Normalmente eles cobram, eles são bem críticos. Não sei se tu já teve oportunidade de participar de uma reunião deles [...] eles são bem enfáticos e dizem assim... é nosso direito, é nosso

direito, vocês têm que dar jeito [...]. Vocês brancos tão colocando problemas, nós não queremos problemas, a gente quer solução (Secretária da Saúde).

Os Guarani de Conquista, embora estejam localizados em área territorial pertencente ao município de Balneário Barra do Sul, também recorrem ao poder público do município de Araquari, prioritariamente para suprir demandas relativas ao atendimento à saúde, porque ali se faz o atendimento pelo Posto da Funasa – Pólo Base de Araquari.

Apesar de não serem bem vindos em Balneário Barra do Sul, não deixam de fazer investidas junto aos gestores públicos do município solicitando, por exemplo, uma escola dentro da área onde estão localizados. Em reunião com a Secretária da Educação deste município reivindicaram, além da escola, um professor bilíngüe, o que, na visão da mesma secretária seria impossível atender pelo alto custo que representaria para o município.³³

A reivindicação dos Guarani não só é um direito constitucional, mas é também fundamental porque

[...] o conhecimento sistemático de suas línguas [...] é crucial, pois para haver escolas verdadeiramente indígenas é necessário que haja professores indígenas bilíngües em número suficiente, e que sua formação seja especializada na medida em que eles têm de ser, necessariamente, os intermediários entre duas culturas e duas línguas – a materna, vernacular, e a mais abrangente, veicular, oficial, do Estado brasileiro (MONTSERRAT, 2000, p. 103-104).

Por não se apresentarem conformados com suas condições precárias, os Guarani da Conquista estão sempre atentos às ações do poder público local para que este tome providências em relação aos seus direitos. Nas várias entrevistas realizadas com o vice-cacique Milton Wherá, pode-se conferir a presença de uma angústia e desconfiança em relação às ações políticas locais. Falar de ação política reporta, imediatamente, estes Guarani às condições degradantes a que estão submetidos naquelas terras. Revelaram que esperam

pouco do poder público municipal, na medida em que o precário contato com este poder impossibilita fornecer aos atuais gestores públicos ou aos candidatos a legisladores informações sobre suas necessidades e demandas, sobre prioridades de políticas públicas voltadas para as suas necessidades, respeitando-se as particularidades da cultura Guarani.

Para minimizar suas carências e dificuldades, o vice-cacique amplia sua área de atuação buscando auxílio junto aos gestores públicos de municípios circunvizinhos, e de outros mais distantes, como Itajaí, Biguaçu, Florianópolis. Entretanto, essas suas investidas demandam por vezes dias de ausência da aldeia, o que lhe causa desconforto como expressou:

Puxa, se eu não precisasse sair da aldeia seria bem melhor. Fazia minha casinha lá no fundo e de lá não saía mais. Quando fico uma ou duas semanas fora da aldeia, às vezes trabalhando lá em Itajaí ou em Florianópolis, fico até doente.

Com o propósito de solucionar seus problemas, o chefe deve estabelecer relações políticas tanto inter-aldeias, com os grupos de parentela, quanto fora dela, estendendo-as ao mundo dos “brancos” aos quais recorrem para fazer valer seus direitos com o objetivo de promover o bem comum do povo Guarani.

Há que se mencionar, neste caso, que se trata de uma sociedade que tem como princípio a organização igualitária e democrática, apresentando relações simétricas, estas orientadas prioritariamente pela religião, pela cosmologia. É esta orientação que deixa, por vezes, o líder político em situação de constrangimento diante de seu grupo quando não é bem sucedido junto aos governantes “brancos”, como identificam. Guiados pela solidariedade e pela reciprocidade, das quais faz parte prover as carências do grupo, estranham as práticas das autoridades políticas dos não indígenas que se pautam por relações políticas de ordem clientelística, ou por falsas promessas que desrespeitam a própria representatividade.

Ao questionar um eleitor Guarani da localidade sobre as razões pelas quais votara, respondeu: “É comum, né? E depois pra constar que tá com documento em dia”. Questionado sobre o conhecimento do candidato, ainda respondeu, “Não, não conheço. Ele nem apareceu aqui, mas fui lá pra cumprir a ordem”. Ou seja, são conscientes da necessidade do cumprimento dos deveres de cidadãos, mas em nenhum momento expressaram comportamentos clientelísticos.

Não procuram e, paralelamente, não são procurados pelos candidatos como conferimos anteriormente, mas são reivindicativos junto ao poder municipal estatuído, ou seja, recorrem ao “chefe dos brancos” porque na tradição Guarani cabe ao chefe prover boas condições a todos os membros de uma determinada aldeia. Incorporados desta tradição, os Guarani têm a compreensão de que o bom chefe deve apresentar atributos especiais, como a generosidade, o carisma e um saber-fazer que inclui as soluções para os possíveis problemas que surgem no cotidiano de uma aldeia. Por esta razão os Guarani entendem, por extensão, que as autoridades municipais, os “chefes dos brancos”, devem solucionar os problemas e atender às demandas e reivindicações de todos os cidadãos, sejam eles índios ou não-índios.

Considerações finais

O presente estudo identificou que os Guarani da Conquista mantêm suas ações permeadas por valores da sua cultura e por significados que dão sentido às suas práticas e às dos gestores públicos da região em que estão inseridos. Neste processo, a compreensão de suas concepções é fundamental para subsidiar as ações políticas que visam atender essa população etnicamente diferenciada. Entretanto, deve-se estar atento aos trâmites desvirtuantes que, por vezes, perpassa o processo político eleitoral local e nacional.

Inseridos no espaço territorial dos municípios e cientes de seus direitos constitucionais, reivindicam junto aos gestores públicos o atendimento de políticas setoriais que visam à manutenção e ao bem-estar de todos os membros do grupo Guarani. Esta é uma das razões

pelas quais o poder público municipal atribui aos Guarani, situados em sua área, um peso financeiro para a administração local, aumentando, por vezes, o preconceito e a discriminação.

Dentre os fatores que desestimulam a participação dos Guarani da Conquista no processo político eleitoral, destaquem-se os de ordem cultural; é a consciência deste povo sobre seus direitos constitucionais, enquanto grupo étnico, um determinante nas relações que desenvolvem com o poder público, cujos serviços, no seu entender, devem ser compreendidos como um direito de todos os cidadãos, dispensando, assim, as promessas eleitoreiras.

Embora estes Guarani não se identifiquem com a política eleitoral brasileira, o fato de não terem suas terras reconhecidas e demarcadas também gera uma situação de insegurança quanto ao tempo de sua permanência naquela localidade, desestimulando as investidas tanto dos candidatos da localidade em busca desses eleitores, quanto dos próprios índios em relação aos candidatos.

Neste processo, constata-se que a falta de comprometimento por parte dos gestores públicos com as comunidades indígenas impede a estes povos de obterem melhorias em suas condições de vida através de políticas públicas e de projetos que respeitem a diversidade e a especificidade destas culturas.

E, finalmente, observou-se que não há indícios de fidelidade deste eleitorado aos candidatos porque são orientados por uma lógica e um modo de ser próprios da cultura Guarani, nos quais não há espaço para relações clientelísticas, prática esta presente nas relações sociais da sociedade brasileira e que permeia, também, o processo político eleitoral brasileiro.

Notas

* A elaboração do presente artigo se deve à execução do projeto de pesquisa intitulado “A participação dos índios Guarani e suas representações sociais e práticas no processo político eleitoral brasileiro” apresentado pela Profa. Neusa Maria Sens Bloemer ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC e executado em parceria com o bolsista Isackson Luiz Cavilha Mendes, graduando do Curso de História da Univali. O projeto foi desenvolvido no segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007.

Agradecemos a leitura atenta e comprometida de Maria Dorothea Post Darella e Aneliese Nacke assumindo, entretanto, total responsabilidade sobre o conteúdo do presente texto. ** Mestrado e Doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professora colaboradora da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas (Nepi) da mesma universidade; professora da Universidade do Vale do Itajaí, atuando junto ao Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas e nos cursos de graduação em Ciências Sociais e Ciência Política. *E-mail*: neusabloemer@hotmail.com

*** Graduando do Curso de História da Universidade do Vale do Itajaí.

¹ A identificação Guarani é genérica considerando-se que estes apresentam identificação étnica Mbyá e Chiripá, (SCHADEN 1963), entre outros. No presente trabalho estamos nos referindo aos Guarani Mbyá residentes na aldeia Conquista, localizada no município Balneário Barra do Sul (SC), foco da presente análise.

² Encontram-se ainda em processo demarcatório as Terras Indígenas, no município de Araquari, Pindoty, Jabuticabeira, Yvapuru, Tarumã, Tiaraju/Pirai; no município de Balneário Barra do Sul, a área de Conquista; e em São Francisco do Sul a área de Morro Alto, enquanto a área de Reta aguarda a criação de grupo técnico de identificação. No município de Guaruvá, a área Yakã Porã também aguarda a criação de grupo técnico para identificação e delimitação pela Funai. Registra, ainda, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) que “das cinco Terras Indígenas Guarani, em fase de identificação no litoral catarinense, quatro estão sendo criadas como reserva indígena, contrariando os preceitos constitucionais e a legislação que determina a identificação e demarcação das terras” (CIMI, 2001, p. 124).

³ Por não haver risco de remoção dos Guarani dessa área, no momento há um processo que se encontra no Poder Judiciário, para determinar procedimentos que dizem respeito aos direitos do grupo Guarani que está residindo na localidade de Morro dos Cavalos, no município de Palhoça (SC).

⁴ O território tradicional para os Guarani compreende aquele que ocupam historicamente e que fora identificado pelos cronistas no período colonial, tratando-se, portanto, de terras e lugares que se encontram dentro dos mesmos ‘limites’ preestabelecidos pelos antepassados míticos” (LADEIRA, 2007, p. 67-68).

⁵ Veja-se sobre o assunto LADEIRA, M.I. *et al.*, (1996), DARELLA (1999) entre outros.

⁶ Este vice-cacique deixou a aldeia no final de 2007 e em seu lugar assumiu Carlos, um filho da cacica D. Armanda.

⁷ A pesquisa de campo foi realizada por Isackson Luiz Cavilha Mendes nos meses de novembro e dezembro de 2006 e nos meses de março, abril e maio de 2007.

⁸ Compreendemos no decorrer da pesquisa que o grupo estava muito mais preocupado com o processo de reconhecimento e demarcação de suas terras do que com questões relativas ao processo político eleitoral. Entretanto, foi possível conferir como se relacionam com o poder local.

⁹ Sobre a construção da familiaridade estivemos atentos para o que alertam Velho e Castro “a familiaridade pode ser, em muitos casos, uma fonte de distorções, pois os nossos mapas sociais são, em grande parte, construídos em cima de estereótipos e rótulos” (1978, p. 17). Ou ainda, como expressa Velho “não só o grau de familiaridade varia, não é igual o conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática” (1978, p. 41).

¹⁰ A distância entre o município de Itajaí e o Balneário Barra do Sul é de aproximadamente 100km. Por solicitação do vice-cacique Milton Wherá Moreira, o trouxemos para realizar uma palestra sob o título “A Cultura Guarani” para três turmas de alunos de oitavas-séries no Centro Educacional Cacildo Romagnani do Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC/Itajaí.

¹¹ Não se pode deixar de mencionar que os Guarani Mbyá têm, como padrão de organização política e social, constituir “em cada localidade, uma família extensa com uma figura masculina com uma liderança política que a representa e a dirige. Este aspecto é importante por assinalar que cada liderança procurará viver em um local distinto com sua família extensa” (ASSIS; GARLET, 2004, p. 49).

¹² Sobre a resistência do povo Guarani, veja-se o trabalho de Brandão (1992) entre outros.

¹³ Sobre as migrações e os deslocamentos dos Guarani, ver os trabalhos de Metraux (1948), Bartolomé (1977), Monteiro (1984), Cherobim (1986) e, mais recentemente, os de Garlet, (1997), Assis e Garlet (2004), Darella (2004), Ladeira (2007), entre outros.

¹⁴ Entre os muitos significados atribuídos à terra, ressalte-se que “*tekoa* é o espaço sociopolítico (MELIÀ, 1999), um microcosmos, o lugar da vida, da vivência do ‘sistema’, o local de plantação, dos rituais, da vinculação e passagem, da articulação das relações de parentesco. É a base formadora de vasta e complexa rede de interligação e intercomunicação. A palavra *tekoa* patenteia a condição de assentamento, lugar onde se produz e realiza o sistema” (DARELLA, 2004, p. 78).

¹⁵ Sobre o aliciamiento dos Guarani pelos jesuítas para a fé cristã, leia-se o trabalho de Neves (1978).

¹⁶ Há diversas interpretações sobre a “terra sem mal” referida pelo povo Guarani, entre os quais se destacam os estudos de Melià (1987), Schaden (1963, 1974), Clastres (1978) e, mais recentemente, de Litaiff (1996), Mello (2001), Darella (2004), Ladeira (2007), entre outros.

¹⁷ O termo “desaldeado” foi utilizado pela Funai para identificar aqueles índios que saem de suas aldeias de origem, atribuindo a essa mobilização um significado de “desenraizamento” com perda de suas raízes, como identificou Penna (1998, p. 104).

¹⁸ Vale lembrar o registro de Assis e Garlet (2004) a despeito da mensuração populacional a qual os Guarani rechaçam porque no seu entender “a quantificação, no caso dos Mbyá, é vista também como mais uma das tentativas da sociedade englobante de controlá-los. Os números permitem subsidiar o Estado no sentido de que este venha a exercer sobre eles ingerência e controle.” (2004, p. 39).

¹⁹ Informações obtidas junto ao Cartório Camargo de São Francisco do Sul indicam que as terras nas quais os Guarani de Conquista estão situados pertencem à Empresa de Conservas Stein de Joinville, que está na condição de massa falida. Esta mesma informação foi confirmada pelo Secretário de Planejamento do município de Balneário Barra do Sul. Houve, ainda, a informação de que estas terras pertencem ao INSS, o que não pôde ser confirmado.

²⁰ Para efetivar o processo de demarcação destas terras foi instalado o GT de Identificação e delimitação através das Portarias: nº 428/Funai/PRES de 15/05/2003 e nº 634/Funai/PRES de 30/06/2003. A delimitação da TI Pindoty e Conquista foi publicada no Diário Oficial da União em 12/05/2008, Seção 1. A gleba Pindoty com superfície de 2.278 hectares e a gleba de Conquista com 1.016 hectares.

²¹ O processo para o reconhecimento de uma Terra Indígena envolve diversas etapas constituindo-se sinteticamente dos seguintes procedimentos: **Identificação e delimitação** é o momento no qual se constitui um Grupo de Trabalho para proceder ao estudo antropológico de natureza etno-histórica, sociológica, jurídica, cartográfica, ambiental e o levantamento fundiário. O Presidente da Funai aprova o resumo do relatório e este é publicado no Diário Oficial da União. Identificada a área cabe aos Estados e municípios manifestarem-se com provas pertinentes a fim de pleitear indenização. **Demarcação:** cabe ao Ministro de Estado da Justiça, mediante portaria, declarar sobre os limites da terra indígena e determinar sua demarcação. **Demarcação física** deve ser executada pela Funai, depois de declarados os limites, cabendo ao INCRA efetuar o reassentamento de não-índios caso haja tais ocupantes na terra. **Homologação** recebe a ratificação formal dos limites da área mediante decreto assinado pelo Presidente da República. **Terra regularizada** é aquela em que o órgão federal de assistência ao índio promove o respectivo registro em cartório imobiliário da comarca correspondente e na Secretaria do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda. (Decreto 1.775/96).

²² Informação pessoal fornecida por Maria Dorothea Post Darella, em 6 de junho de 2003.

²³ Decorrente desta Audiência Pública foi registrada (19/3/2007), em ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) a seguinte decisão: “A Justiça Federal de Santa Catarina (SC) condenou a União e a Fundação Nacional do Índio (Funai) a identificarem e demarcarem todas as terras indígenas da etnia Guarani situadas em nove municípios do Norte de SC. A sentença é do juiz Marcos Hideo Hamasaki, da 3ª Vara Federal de Joinville, e deve ser cumprida em 24 meses, a partir da data em que não couber mais recurso [...] O

juiz não aceitou o argumento de que a sentença poderia significar ingerência indevida do Poder Judiciário em políticas públicas. ‘O Judiciário não está criando políticas de proteção aos índios, pois estas já estão estabelecidas na Constituição e na lei, cabendo-lhe apenas zelar pelo seu efetivo cumprimento, sempre que chamado a se manifestar, como no caso em questão’, afirmou Hamasaki”. Texto publicado no site <http://columbo2.cjf.gov.br/portal/objeto/texto/impresao.wsp?tmp.estilo=&tmp.area=83&tmp.texto=8919>. Acesso em 18.04.2008.

²⁴ Recentemente a Revista Veja, edição 1.999, de 14/03/2007, publicou um artigo intitulado “Os índios Paraguaiois” sobre a presença dos Guarani no Morro dos Cavalos, município de Palhoça/SC. Esta reportagem desqualificou os Guarani enquanto grupo indígena, desrespeitando-os em sua diversidade étnica e cultural. Lamentavelmente, esta visão distorcida sobre quem são os Guarani vem sendo utilizada por aqueles que desejam implantar projetos de interesse econômico em detrimento destes povos, desrespeitando, frontalmente, a Constituição Brasileira. Mas, os Guarani do Morro dos Cavalos não se calaram e não se renderam às impropriedades divulgadas e solicitaram à Procuradoria da República em Santa Catarina que os representasse movendo uma ação criminal contra a mencionada revista.

²⁵ Sobre a insegurança em relação aos espaços que ocupam, Ladeira registrou “[...] as pressões diversificadas exercidas pelos ‘donos’ dos terrenos, constituem-se no pretexto para se mostrarem esquivos com relação à regularização fundiária da área que ocupam e prontos para partir, a qualquer momento, em busca de outro lugar” (2007, p. 45).

²⁶ À Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) foi atribuída a responsabilidade de dar assistência à saúde do índio através da Medida Provisória nº 1.911-8, de 29 de julho de 1999.

²⁷ No momento em que foi realizada a pesquisa, estes recursos totalizavam R\$ 18.600,00.

²⁸ Destaque-se que na localidade de Conquista, o grupo indígena Guarani está vivendo um grave conflito desencadeado por um morador local que insiste em soltar o gado nas roças dos Guarani, deixando-os sem o alimento básico.

²⁹ Nas eleições municipais de 2000, mais de 350 índios pleitearam vagas, entre as quais, 13 deles para prefeito. Registre-se que 80 vereadores se elegeram em diversos municípios do país. Disponível no site <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/indenos/cand.shtm..> Acesso em 20/10/2006.

³⁰ Afirma a autora: “Nas comunidades camponesas, a política não é um tema que faça parte do cotidiano. No entanto, isso se altera no período eleitoral, quando a política está presente tanto através da mídia, especialmente rádio e televisão, quanto pela presença física dos políticos e de seus símbolos – bandeiras, cartazes e músicas. [...] É essa presença maciça da política, e a maneira como ela se dá, que faz referirmo-nos ao período eleitoral nas comunidades camponesas como sendo o *tempo da política*.” (PALMEIRA, M.; HEREDIA, B., 1995). Tal como ocorre nas comunidades camponesas, apontado por Palmeira e Heredia, poder-se-ia afirmar que em algumas aldeias indígenas o processo não é muito diferente, considerando-se que há tanto candidatos indígenas, quanto não-índios que disputam o voto de seus eleitores. Recentemente, Fernandes (2006) publicou um texto cuja discussão versa sobre o envolvimento dos Kaingang no processo eleitoral no município Manoel Ribas (PR).

³¹ No processo político eleitoral brasileiro a reciprocidade é entendida como “um sistema no qual a relação supõe um intercâmbio de favores e objetos entre as partes envolvidas” (HEREDIA, 2002, p.35).

³² Deve-se mencionar que o hábito das migrações dos Guarani já se constituiu, no passado, um incômodo para os jesuítas como indicou Neves “[...] os índios tinham um mau e generalizado costume – o nomadismo – que nada facilitava o trabalho de, pelo menos, encontrá-los” (1978, p. 114).

³³ É preciso lembrar que a implantação de uma escola indígena é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação e, neste caso, para atender à solicitação da comunidade de Conquista, há um processo em andamento nesta Secretaria para a abertura de uma escola com professor bilíngüe. Este professor deve ter o curso de “Formação para Educação Escolar Guarani, região sudeste do Brasil Kuaa-M’Boe = Conhecer/Ensinar”, estando sua realização prevista ainda para o ano de 2008. (Informação obtida junto à Diretoria de Educação Básica – Educação Escolar Indígena, em 15.04.2008).

Referências

ASSIS, Valéria de; GARLET, Ivori José. Análise sobre as populações Guarani contemporâneas: demografia, espacialidade e questões fundiárias. **Revista de Índias**, v. LXIV, n. 230, p. 35-54, 2004.

BARTOLOMÉ, Miguel A. **Shamanismo y religion entre los Ava-Katu-Ete**. Instituto Indigenista Interamericano, México, 1977.

BERGER, P. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Os Guarani: índios do Sul. Religião, resistência e adaptação. **Novos Estudos**, v. 4, n.10, p. 53-90, 1992.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Da cultura residual mas irreduzível. **Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade**. São Paulo: Brasiliense/Edusp, 1986.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CHEROBIM, Mauro. **Os índios Guarani do litoral do Estado de São Paulo: análise antropológica da situação de contato**. São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1986.

CIMI. As terras indígenas em Santa Catarina. *In*: UCZAI, Pedro (Org.). **Os últimos 500 anos de dominação e resistência**. Chapecó: Argos. 2001

DARELLA, Maria Dorothea Post. Ore Roipota Yvy Porã “Nós queremos terra boa”. Territorialização Guarani no litoral de Santa

Catarina – Brasil. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004, 405 p.

_____; Maria Dorothea Post. Aldeias, terras e índios Guarani no litoral centro-norte de Santa Catarina e a BR 101. **Relatório Final**. FUNAI, Florianópolis, 1999.

FERNANDES, Ricardo Cid. O “15” e o “23”: políticos e políticas Kaingang. **Campos**, v.7, n.2, p. 27-47, 2006.

FIGUEIREDO, Marcus *et al.* Estratégias de persuasão em eleições majoritárias: uma proposta metodológica para o estudo da propaganda eleitoral. *In*: FIGUEIREDO, Rubens. **Marketing político e persuasão eleitoral**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

GARLET, Ivori. J. **Mobilidade Mbyá: história e significação**. Dissertação (Mestrado em História Ibero Americana) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, orto Alegre, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HEREDIA, Beatriz M. Política, família, comunidade. *In*: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

_____; Beatriz M. A. de. Entre duas eleições. Relação político-eleitor. *In*: HEREDIA, B.M.A. de *et al.* **Como se fazem eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

LADEIRA, M.I.; DARELLA, M.D.P.; FERRAREZE, J.A. **Relatório sobre as áreas e comunidade Guarani afetadas pelas obras de duplicação da BR 101 no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 1996.

_____; Maria Inês. **O caminhar sob a luz: território Mbyá à beira do oceano**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

LITAIFF, Aldo. **As divinas palavras: identidade étnica dos Guarani-Mbyá**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996.

MAUSS, Marcel. As dádivas trocadas e a obrigação de retribuí-las. *In: Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

MELIÁ, Bartomeu. La tierra sin mal de los Guarani: Economía e Profecía. Ms. Paraguay, 1987.

MELLO, Flávia Cristina de. **Aata Tapé Rupÿ - seguindo pela estrada: uma investigação dos deslocamentos territoriais realizados por famílias Mbyá e Chiripá Guarani no Sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

METRAUX, Alfred. The Guarani. *In: STEWARD, J (ed.) Handbook of South American Indians. v. 5, Bulletin 143. Bureau of American Ethnology*. Washington: Smithsonian Institution, 1948.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. *In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHLOVITCH, Sandra (Orgs.). Textos em representações sociais*. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

MONTEIRO, John. Vida e morte do índio: São Paulo colonial. *In: Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Editora/CPI, 1984.

MONTSERRAT, Ruth Maria. Línguas indígenas no Brasil Contemporâneo. *In: GRUPIONI, L.D.B (Org.). Índios no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Global, 2000.

NACKE, Aneliese; BLOEMER, Neusa M. S. A saúde indígena nas terras Kaingang. *In: NACKE, A. et al. Os Kaingang no Oeste Catarinense: tradição e atualidade*. Chapecó, Argos, 2007.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios**. Colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz M. Os comícios e a política de facções. *In: Anuário Antropológico 94*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

PENNA, M. Relatos de migrantes: questionando as noções de perda da identidade e desenraizamento. *In: SIGNORINI, Inês (Org.). Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado das Letras/Fapesp, 1998.

SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. 4 ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 5 ed. São Paulo: Nobel, 2000.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: Edusp, 1974.

SCHADEN, Egon. Características específicas da cultura Mbiá-guarani. **Revista de Antropologia**. São Paulo, n. XI, 1963.

VELHO, G.; CASTRO, E. V. de. O conceito de cultura e o estudo de sociedades complexas: uma perspectiva antropológica. **Artefato**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1978.

Abstract

This paper board the relations established between the Guarani Indians that are in Conquista settlement, in the county of Balneário Barra do Sul, north littoral of Santa Catarina State, and the candidates to elective positions in the county. It is intended to understand how members of both cultures act – Indian and not Indian – in the political process, trying to identify the conceptions and practices of the Indian electors and non-indian candidates. The Guaranis have the right to vote and other “white people documents”, as they say, because it is through them they have access to social programs to the unprivileged people of the country. It was concluded that the importance of the right to vote to the Guarani Indians of Conquista is in the function of a passport to the citizenship rights and not as a way to participate in the electoral political process.

Keywords: Guarani Indians, Electoral Process, Local Power.